

ENERCAN – Campos Novos Energia S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	10
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 CONTEXTO OPERACIONAL	11
2 BASE DE PREPARAÇÃO	14
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	23
5 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	24
6 CONTAS A RECEBER	24
7 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	25
8 IMOBILIZADO	26
9 INTANGÍVEL	27
10 FORNECEDORES	28
11 DEBÊNTURES	28
12 USO DO BEM PÚBLICO (UBP) - CONTRATO DE CONCESSÃO	29
13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	30
14 PROVISÕES PARA LITÍGIOS	31
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	35
17 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	36
18 DESPESAS OPERACIONAIS	36
19 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	37
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	37
21 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	38
22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	42
23 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	43



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ENERCAN - Campos Novos Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações entre partes relacionadas

Chamamos atenção para as Nota 1.6 e 7 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 7 de fevereiro de 2022, com a ressalva de que a Companhia reconheceu o ativo intangível relacionado com a extensão do prazo da concessão em decorrência da repactuação do risco hidrológico conhecido como GSF (Generation Scaling Factor) no montante de R\$ 238.233 mil no resultado do exercício de 2021 quando deveria ter sido reconhecido no resultado do exercício de 2020 como ativo

ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

intangível em contrapartida ao resultado na rubrica de custos dos serviços de energia elétrica no montante de R\$ 238.233 mil, sendo seus efeitos tributários um aumento de despesas na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferido montante de R\$ 80.999 mil, totalizando um efeito líquido de aumento no patrimônio líquido e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 157.234 mil. Parte deste montante deveria ter sido reconhecido no exercício de 2020, o qual o patrimônio líquido e o resultado estão apresentados a menor no montante de R\$ 103.326 mil, o ativo intangível em R\$ 156.555 mil e o imposto diferido passivo a menor em R\$ 53.229 mil, o que representa um desvio em relação às disposições do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que estabelece que um ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PRO42584/O-7

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	78.697	168.970	Fornecedores	10	26.883	27.200
Contas a receber	6	227.683	192.087	Salários, provisões e contribuições sociais		745	631
Despesas pagas antecipadamente		716	397	Imposto de renda e contribuição social	13.1	199.634	142.761
Impostos e contribuições a recuperar		6.174	3.925	Impostos a recolher	13.2	14.771	12.994
Outros créditos		<u>3.806</u>	<u>77</u>	Debêntures	11	-	130.766
Total do ativo circulante		<u>317.076</u>	<u>365.456</u>	Dividendos	15.3	145.857	269.171
				Uso do bem público (UBP)	12	5.058	4.411
				Encargos setoriais		7.705	6.456
				Outras obrigações		<u>22</u>	<u>5.435</u>
				Total do passivo circulante		<u>400.675</u>	<u>599.825</u>
Depósitos Judiciais	14	90.743	84.027	Provisões para litígios	14	98.709	90.921
Outros créditos		6.690	8.756	Encargos setoriais		11.705	12.599
Investimentos		1.093	908	Uso do bem público (UBP)	12	40.844	39.986
Imobilizado	8	735.592	773.950	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	86.917	79.526
Intangível	9	<u>235.499</u>	<u>250.195</u>	Outras obrigações		<u>5.720</u>	<u>57</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.069.617</u>	<u>1.117.836</u>	Total do passivo não circulante		<u>243.895</u>	<u>223.089</u>
				Patrimônio Líquido	15		
				Capital social		200.787	200.787
				Reservas de Lucros		200.787	178.763
				Dividendos adicionais propostos		<u>340.549</u>	<u>280.828</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>742.123</u>	<u>660.378</u>
Total do ativo		<u>1.386.693</u>	<u>1.483.292</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.386.693</u>	<u>1.483.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	16	1.043.865	880.075
Custos dos serviços de energia elétrica	17	<u>(289.865)</u>	<u>(66.385)</u>
Resultado bruto		<u>754.000</u>	<u>813.690</u>
Despesas operacionais	18	(20.477)	(20.855)
Equivalência patrimonial		<u>185</u>	<u>823</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>733.708</u>	<u>793.658</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		24.483	9.423
Despesas financeiras		<u>(26.537)</u>	<u>(22.949)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(2.054)</u>	<u>(13.526)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>731.654</u>	<u>780.132</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(240.832)	(173.315)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	<u>(7.391)</u>	<u>(89.410)</u>
Resultado do exercício		<u>483.431</u>	<u>517.407</u>
Quantidade de ações do capital social no fim do exercício		<u>200.787</u>	<u>200.787</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o exercício - em R\$			
Lucro básico por ação		<u>2,41</u>	<u>2,58</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	483.431	517.407
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>483.431</u></u>	<u><u>517.407</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.787	40.157	31.378	231.574	-	503.896
Dividendos adicionais exercício 2020 aprovado (AGO 23/04/2021)	-	-	-	(231.574)	-	(231.574)
Resultado do exercício	-	-	-	-	517.407	517.407
Destinações:						-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(129.351)	(107.228)
Reserva de retenção de lucros	-	-	107.228	-	(107.228)	-
Dividendos adicionais propostos - Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	280.828	(280.828)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	200.787	40.157	138.606	280.828	-	660.378
Dividendos adicionais exercício 2021 aprovado (AGO 27/03/2022)	-	-	-	(280.828)	-	(280.828)
Resultado do exercício	-	-	-	-	483.431	483.431
Destinações:						-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(120.858)	(120.858)
Reserva de retenção de lucros	-	-	22.024	-	(22.024)	-
Dividendos adicionais propostos - Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	340.549	(340.549)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	200.787	40.157	160.630	340.549	-	742.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	731.654	780.132
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	62.600	64.429
Amortização arrendamento	(18)	38
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	11.376	9.091
Custos de captação apropriadas ao resultado	44	139
Juros e variação monetária com UBP	6.240	9.605
Apropriação de despesas antecipadas	(319)	263
Atualização da provisão para contingências	7.788	4.350
Repactuação do risco hidrológico	-	(238.233)
Equivalência patrimonial	(185)	(823)
Provisão para contingências	172	738
Atualização de depósitos judiciais	(6.716)	(3.359)
Atualização SELIC PeD	520	311
	<u>813.156</u>	<u>626.681</u>
Variações em :		
Salários, provisões e contribuições sociais	114	69
Outros ativos	(1.663)	3.356
Outras contas a pagar	250	5.157
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(2.249)	(2.456)
Impostos e contribuições sociais a recolher a recolher	(1.688)	2.745
Fornecedores	(317)	13.206
Encargos setoriais	(165)	(3.251)
Contas a receber	<u>(35.596)</u>	<u>(38.158)</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>771.842</u>	<u>607.349</u>
Pagamento de juros de debêntures	(14.186)	(7.746)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(180.630)</u>	<u>(151.294)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>577.026</u>	<u>448.309</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Baixas de ativo imobilizado e intangível	577	18
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	<u>(10.141)</u>	<u>(5.594)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(9.564)</u>	<u>(5.576)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(525.000)	(250.000)
Pagamento de debêntures	(128.000)	(128.000)
Pagamento de UBP	<u>(4.735)</u>	<u>(3.876)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(657.735)</u>	<u>(381.876)</u>
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(90.273)	60.857
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168.970	108.113
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>78.697</u>	<u>168.970</u>
Aumento/Redução de caixa equivalentes no exercício	<u>(90.273)</u>	<u>60.857</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

1.1 A Companhia

A Campos Novos Energia S.A. (doravante referida também como "ENERCAN" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo e principal atividade operacional a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 43/2000, firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia tem sede em Campos Novos - SC, tendo sido constituída em 21 de julho de 1999.

1.2 UHE Campos Novos

A construção da Usina, com potência instalada de 880 MW médios através da implantação de três turbinas, teve seu início no primeiro semestre de 2001, e o início das operações estava previsto inicialmente para o mês de janeiro de 2006. Todavia, devido a um sinistro no sistema de fechamento do túnel de desvio, o início da geração comercial de energia elétrica pela 1ª Unidade Geradora ("UG") ocorreu em 3 de fevereiro de 2007. Subsequentemente, em 17 de fevereiro e 9 de maio de 2007, a 2ª e 3ª Unidades Geradoras iniciaram a operação comercial. O empreendimento possui as licenças e autorizações necessárias, seguindo as exigências requeridas pelos órgãos reguladores e ambientais.

1.3 Contrato de concessão

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético da Usina pelo período de 35 anos, podendo ser prorrogado a depender da aprovação do órgão regulador, conforme Contrato de Concessão nº 43/200, de 29 de maio de 2000, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.318 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06/01/2039.

O Contrato de Concessão, assinado em 29 de maio de 2000 e nos termos da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O contrato de concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP) (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 780, o qual atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é de R\$ 4.411 em 31 de dezembro de 2022. Os valores são pagos mensalmente, desde março de 2007. Conforme descrito anteriormente, em novembro de 2021, o prazo de concessão foi estendido em 1.318 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06/01/2039. Durante o prazo de extensão, serão mantidas as condições originais do contrato de concessão e o pagamento do uso do bem público – UBP será efetuado nas mesmas condições.

1.4 Estrutura de financiamento

De acordo com o Contrato de Concessão, os acionistas da Companhia assumiram certas responsabilidades específicas. A Companhia financiou a implantação do empreendimento. O financiamento foi baseado em uma estrutura de garantias corporativas proporcionais durante a fase de construção, podendo tais garantias corporativas ser substituídas por recebíveis dos contratos de compra e venda de energia durante a fase de operação, cujas características incluem os seguintes itens:

- Recursos dos acionistas da Companhia.
- Emissão pública de debêntures.

1.5 Direitos de compra de energia

As vendas de energia são efetuadas para os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados. O Acionista que determinar a venda a terceiros permanece responsável junto à Companhia pela adimplência das respectivas vendas.

1.6 Operação

Em virtude da concessão em que a Companhia é titular ter sido outorgada antes da vigência do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa energia elétrica por sua conta e risco e a preços não regulados, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de leilões de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - "Contratos de Concessão".

1.7 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 83.599 (R\$ 234.369 em 31 de dezembro de 2021). Conforme apresentado na demonstração de fluxo de caixa do exercício de 2022, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 577.026 (R\$ 448.309 em 31 de dezembro de 2021), dessa forma, conforme estimativas da Administração, essa situação será solucionada normalmente através da geração futura de caixa.

Adicionalmente, ressalta-se que ativo circulante é representado basicamente pelo contas a receber que possui um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto passivo circulante inclui os dividendos a pagar no montante de R\$145.857 que não possuem vencimento e serão liquidados de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

1.8 Repactuação do risco hidrológico – Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. O objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. A compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE se dará por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Em 12 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182, que deu nova redação ao § 4º do art. 2-A e ao § 9º do art. 2-B da Lei nº 13.203/2015, ampliando o cálculo do prazo de extensão de outorga das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e incluindo as usinas estruturantes no cálculo da compensação financeira e extensão de outorga. Adicionalmente, em 17 de setembro de 2021 foi publicada a resolução homologatória 2.932/21 que trata do prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo os efeitos do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulada – ACR, o prazo de extensão da Companhia é de 1.318 dias equivalente a R\$238.233.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e reconheceu em novembro de 2021 o montante de R\$238.233 como Direito de extensão de concessão no intangível em contra partida aos Custos dos Serviços de Energia Elétrica na demonstração do resultado do exercício bem como os impactos dos impostos diferidos.

O montante reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é equivalente a 1.318 dias de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerra em 06/01/2039.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras que estão a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber de partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer montante de perdas a ser registrado sobre os recebíveis de clientes tendo em vista a natureza dos mesmos.

c. Investimentos

As informações financeiras da investida são reconhecidas em investimentos por meio do método de equivalência patrimonial. A Companhia não consolida as informações financeiras, pois não possui o controle uma vez que o controle é compartilhado em conjunto.

31/12/2022					
Investida	Participação %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
CSC Energia	50%	6.613	4.412	2.185	16

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, as quais na avaliação da Administração da Companhia refletem a vida útil dos bens, sendo aplicadas a partir de 1º de maio de 2013, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas pela administração são as seguintes:

	Anos
Terrenos	32,63
Reservatórios, barragens e adutoras	31,76
Edificações, obras civis e benfeitorias	31,41
Máquinas e equipamentos	30,19
Veículos	7
Móveis e utensílios	14,02

e. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é segregado pela contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público – UBP e pelas novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica de acordo com a Lei nº 14.052/20. O registro da obrigação relacionada ao uso do bem público – UBP teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

O registro do intangível relacionado a Lei 14.052/20 corresponde a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Estão contabilizados como custos dos serviços de energia elétrica, e são apurados pelo regime de competência.

j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelo juros da taxa SELIC.

k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

I. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
 2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
 3. Determinar o preço das transações;
 4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
 5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.
-

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável

do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

q. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65.
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; e

Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Contas bancárias a Vista	45	44
Equivalentes de caixa	<u>78.652</u>	<u>168.926</u>
	<u>78.697</u>	<u>168.970</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são remuneradas a taxas que variam de 99% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário CDIs, prontamente resgatáveis sem mudança significativa de valor.

6 Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Transações com partes relacionadas (nota 7)	210.317	185.985
Contas a receber (i)	<u>17.366</u>	<u>6.102</u>
	<u>227.683</u>	<u>192.087</u>

- (i) Refere-se ao montante registrado no contas a receber relacionados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - (CCEE).

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as políticas da Companhia.

Adicionalmente, o saldo contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros quando aplicável.

7 Transações com partes relacionadas

7.1 Contas a receber e receitas com partes relacionadas

A Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações e os seus fluxos de caixa. Essas transações estão apresentadas a seguir e foram realizadas entre as partes para os respectivos tipos de operações.

	Ativo		Resultado			
	Contas a receber de clientes		Venda de energia		Custos/Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Piratininga de Força e Luz	33.250	31.376	189.893	166.010	-	-
Votorantim Metais Zinco S.A.	50.358	45.345	281.396	244.133	-	-
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	50.748	41.123	262.612	227.620	-	-
CPFL - Comercialização Brasil S.A.	343	480	2.015	1.805	23.073	16.948
Companhia Estadual - CEEE - GT	-	-	-	14.734	-	5.445
Companhia Estadual - CEEE - G	13.062	10.929	71.663	47.220	-	16.637
Companhia Paulista de Força e Luz	60.882	56.732	357.694	320.627	-	-
Votener Votorantim Comerc.	1.674	-	-	-	9.637	11.042
Central de Serviços Compartilhados S.A.	-	-	-	-	3.207	0
	<u>210.317</u>	<u>185.985</u>	<u>1.165.273</u>	<u>1.022.149</u>	<u>35.917</u>	<u>50.072</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as políticas da Companhia.

Adicionalmente, o saldo contempla somente os valores a receber pela venda de energia elétrica, não considerando quaisquer acréscimos financeiros ou juros.

7.2 Remuneração da Administração

A remuneração global da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 307 (R\$ 373 em 31 de dezembro de 2021).

7.3 Prestação de serviços de partes relacionadas

Em 1º de outubro de 2010 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 3.207 (R\$ 2.873 em 31 de dezembro de 2021).

Em 1º de setembro de 2010 foi assinado contrato com a CPFL Geração de Energia S.A. para a execução de serviços de engenharia e gestão de processos de operação e manutenção da usina e instalações associadas. No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 2.324 (R\$ 2.113 em 31 de dezembro de 2021).

8 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro 2020	<u>4.861</u>	<u>495.407</u>	<u>66.186</u>	<u>260.202</u>	<u>54</u>	<u>79</u>	<u>4.311</u>	<u>831.100</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	5.594	5.594
Baixas	-	-	-	(9)	(9)	-	-	(18)
Transferência para serviço	-	28	-	507	-	6	(541)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Depreciação	<u>(347)</u>	<u>(31.499)</u>	<u>(4.655)</u>	<u>(26.179)</u>	<u>(11)</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(62.698)</u>
Em 31 de dezembro 2021	<u>4.514</u>	<u>463.936</u>	<u>61.531</u>	<u>234.521</u>	<u>34</u>	<u>78</u>	<u>9.336</u>	<u>773.950</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	10.141	10.141
Baixas	-	-	-	(577)	-	-	-	(577)
Transferência para serviço	-	102	-	916	154	116	(1.288)	-
Depreciação	<u>(265)</u>	<u>(27.682)</u>	<u>(3.755)</u>	<u>(16.187)</u>	<u>(21)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(47.922)</u>
Em 31 de dezembro 2022	<u>4.249</u>	<u>436.356</u>	<u>57.776</u>	<u>218.673</u>	<u>167</u>	<u>182</u>	<u>18.189</u>	<u>735.592</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	2,90	3,56	3,85	5,50	14,00	6,25		
Em 31 de dezembro 2022								
Custo	8.629	878.685	117.210	489.175	298	676	18.189	1.512.862
Depreciação acumulada	<u>(4.380)</u>	<u>(442.329)</u>	<u>(59.434)</u>	<u>(270.502)</u>	<u>(131)</u>	<u>(494)</u>	<u>-</u>	<u>(777.270)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>4.249</u>	<u>436.356</u>	<u>57.776</u>	<u>218.673</u>	<u>167</u>	<u>182</u>	<u>18.189</u>	<u>735.592</u>

(*) valores lançados indevidamente reclassificados entre contas de despesas sem afetar o resultado.

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicadores de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência de indicadores que pudessem indicar a desvalorização

9 Intangível

	Uso do Bem Público	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.207</u>	<u>-</u>	<u>174</u>	<u>8.381</u>
Adições	5246	238.233	28	243.507
Amortização	<u>(571)</u>	<u>(1.160)</u>	<u>38</u>	<u>(1.693)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>12.882</u>	<u>237.073</u>	<u>240</u>	<u>250.195</u>
Amortização	<u>(755)</u>	<u>(13.923)</u>	<u>(18)</u>	<u>(14.696)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>12.127</u>	<u>223.150</u>	<u>222</u>	<u>235.499</u>

- (*) A Companhia registrou em novembro de 2021 o montante de R\$238.233 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulado – ACR, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão e é amortizado linearmente pelo período da concessão que se encerra em janeiro de 2039

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 14 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em janeiro de 2039. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$5.246 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.8 descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

10 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica	7.055	6.467
Materiais e serviços a pagar	2.650	2.603
Compra de energia elétrica – CCEE	815	39
Compra de energia elétrica – outros fornecedores	<u>16.363</u>	<u>18.091</u>
	<u>26.883</u>	<u>27.200</u>

11 Debêntures

Em 27 de setembro de 2017 foi efetuada a segunda emissão de debêntures, divididas em duas séries, no montante de R\$ 640.000, com as seguintes características:

1ª Série: 384.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, resultando em R\$ 384.000, com vencimento em 15 de setembro de 2020, com amortização anual, em três parcelas, com início em 15 de setembro de 2018.

2ª Série: 256.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, resultando em R\$ 256.000, com vencimento em 15 de setembro de 2022, com amortização anual, em duas parcelas, com início em 15 de setembro de 2021.

Para o cumprimento dessa obrigação a Companhia deu, ao Agente Fiduciário, os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes (i) dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados pela Companhia, e (ii) de conta bancária de titularidade da Companhia, onde serão depositados os recursos decorrentes dos contratos de venda de energia.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, menor ou igual a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado o não atingimento por 2 (dois) períodos de apuração consecutivos, ou seja, não atingir os referidos índices em dois semestres consecutivos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia atingiu o referido índice financeiro e as exigências qualitativas previstas em contratos, durante o exercício de 2022 as debêntures foram liquidadas, portanto, o índice deixou de ser exigido em 31 de dezembro de 2022.

A garantia dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia é no montante de, no mínimo, 120% do saldo devedor atualizado das debêntures.

	Encargos anuais	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
2ª Série	107,5% da taxa CDI	Setembro de 2022	-	130.870
(-) Custos de Transação a Amortizar			-	(104)
			-	130.766
Circulante			-	130.766

Movimentação

	Encargos	Principal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.465</u>	<u>255.817</u>	<u>257.282</u>
Custos de captação incorporados ao resultado	-	139	139
Juros Pagos	(7.746)	-	(7.746)
Amortização do principal	-	(128.000)	(128.000)
Juros Incorporados a Dívida	<u>9.091</u>	<u>-</u>	<u>9.091</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.810</u>	<u>127.956</u>	<u>130.766</u>
Custos de captação incorporados ao resultado	-	44	44
Juros Pagos	(14.186)	-	(14.186)
Amortização do principal	-	(128.000)	(128.000)
Juros Incorporados a Dívida	<u>11.376</u>	<u>-</u>	<u>11.376</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

12 Uso do Bem Público (UBP) - Contrato de Concessão

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Uso do Bem Público	<u>5.058</u>	<u>4.411</u>
Não circulante		
Uso do Bem Público	<u>40.844</u>	<u>39.986</u>

Movimentação do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	<u>44.397</u>	<u>33.422</u>
Encargos	6.240	9.605
Adição (nota 9)	-	5.246
Amortização	<u>(4.735)</u>	<u>(3.876)</u>
Saldo no final do exercício	<u>45.902</u>	<u>44.397</u>

Em 31 de dezembro de 2022 as parcelas do não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
2023	5.058	4.411
2024	5.058	4.411
2025 a 2039	<u>30.728</u>	<u>31.164</u>
	<u>40.844</u>	<u>39.986</u>

13 Impostos e contribuições a recolher

13.1 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda pessoa jurídica	150.178	107.176
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>49.456</u>	<u>35.585</u>
	<u>199.634</u>	<u>142.761</u>

13.2 Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	1.744	1.511
COFINS	8.059	6.973
ICMS a recolher	4.688	4.291
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>280</u>	<u>219</u>
	<u>14.771</u>	<u>12.994</u>

14 Provisões para litígios

Referem-se a contingências fiscais e cíveis no montante de R\$ 98.709 (R\$ 90.921 em 31 de dezembro de 2021), avaliadas pelos assessores jurídicos com risco provável de perda.

Do total provisionado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 97.026 (R\$ 89.410 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao item (ii) a seguir, oriundo de contingências fiscais (ISS).

Havendo variação decorrente de atualização monetária, será efetuada nas mesmas bases da atualização dos respectivos depósitos judiciais dessas contingências.

A Companhia tem ações de naturezas tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (i)	1.954	1.771
Fiscais (ii)	76.314	61.654
Fiscais (iii)	16	15
Fiscais (iv)	81.971	74.430
Fiscais (v)	13.276	12.957
Fiscais (vi)	<u>1.470</u>	<u>1.331</u>
	<u>175.001</u>	<u>152.158</u>

- (i) Referem-se, principalmente, a ações indenizatórias por conta de áreas supostamente atingidas pelo reservatório e ações por danos ambientais diversos, as quais a administração da Companhia e seus consultores legais entendem que a probabilidade de perda é possível.

(ii) Contingências fiscais - ISS

Nos meses de maio e setembro de 2007, a ENERCAN foi fiscalizada por autoridades fazendárias das Prefeituras Municipais de Campos Novos e Celso Ramos. Ao final da fiscalização tais autoridades emitiram quatro autos de infração e quatro notificações fiscais, totalizando R\$ 59.142, incluindo multas e juros correspondentes ao ISSQN sobre a totalidade dos serviços contratados e pagos pela Companhia desde o ano de 2002, além de uma diferença do referido tributo sobre o valor global dos serviços prestados pelo CFCN - Consórcio Construtor Campos Novos. Não ocorreram novas fiscalizações ou autuações posteriores a 2007.

A alegação das autoridades fazendárias municipais está baseada na ausência de retenção e recolhimento de Imposto sobre Serviços (ISSQN). A Companhia, por meio dos seus assessores jurídicos, preparou e encaminhou defesa e impugnações no âmbito administrativo.

A Companhia foi requerida a constituir uma garantia financeira para a execução fiscal ajuizada pelo Município de Celso Ramos, a qual estava representada por títulos públicos federais. Em decorrência de decisão judicial, em 7 de setembro de 2013 foram resgatados e transformados em depósito judicial, no montante de R\$ 22.760. Em 20 de dezembro de 2013, por decisão da justiça, o depósito judicial foi liberado e substituído por seguro garantia.

Em março de 2011, a Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$ 42.838 por conta da ação do ISS ajuizada pelo Município de Campos Novos, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 90.743 (R\$ 84.027 em 31 de dezembro de 2021).

Do valor total atualizado em 31 de dezembro de 2022 das contingências de ISS, R\$ 173.340 os assessores jurídicos da Companhia (advogados externos) avaliaram que o montante de R\$ 76.314 (R\$ 61.654 em 31 de dezembro de 2021) como risco de perda possível e o valor de R\$ 97.026 (R\$ 89.410 em 31 de dezembro de 2021) como risco de perda provável o qual foi provisionado. O contrato celebrado com o Consórcio Construtor da Usina de Campos Novos, estabelecido na cláusula 16.3 a responsabilidade do Consórcio Construtor por quaisquer processos, ações e reivindicações que vierem a ser constituídos contra a Companhia cuja responsabilidade seja do Consórcio Construtor, a administração, por não ter ocorrido o fato gerador referente a recuperabilidade desses valores, nesse momento, não contabilizou o valor equivalente como contas a receber.

- (iii) Contingências fiscais - Imposto Territorial Rural (ITR)
Refere-se a lançamento de ITR realizado sobre imóvel situado no Parque Estadual Rio Canoas e área do reservatório, que a Companhia está questionando através de defesa administrativa.
- (iv) Contingências fiscais - Base de cálculo do PIS e da COFINS
Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 17 de janeiro de 2013 e recebido na Companhia em 28 de janeiro de 2013, em decorrência de a Companhia estar calculando o PIS e a COFINS sobre seus contratos assinados antes de outubro de 2003 pelo regime da cumulatividade, pois não houve alteração do preço predeterminado. A Receita Federal do Brasil entende que, como já houve reajuste, esses contratos passaram a ser enquadrados no regime da não cumulatividade. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, em 26 de fevereiro de 2013 protocolou impugnação ao auto de infração. Em 27 de agosto de 2013 a Receita Federal do Brasil intimou a Companhia julgando improcedente a impugnação apresentada. Em 24 de setembro de 2013, através de seus assessores jurídicos a Companhia interpôs recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Em 27 de janeiro de 2016 o CARF deu provimento ao recurso da Fazenda para manter integralmente cobrança em questão. A Companhia interpôs embargos de declaração, que não tiveram provimento. Em 10 de maio de 2016 novo embargo de declaração foi interposto, tendo o CARF votado pela sua inadmissibilidade. A Companhia, através dos seus consultores jurídicos ajuizou ação anulatória de créditos tributários de PIS e COFINS. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal em face da referida sentença.
- (v) Contingências fiscais - Base de cálculo do PIS e da COFINS – Período de 2014 a março de 2018
Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 08/01/2019, em decorrência de a Companhia estar calculando o PIS e a COFINS sobre seus contratos assinados antes de 10/2003 pelo regime da cumulatividade, pois não houve alteração do preço predeterminado. A Receita Federal do Brasil entende que, como já houve reajuste, esses contratos passaram a ser enquadrados no regime da não cumulatividade. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, em 14/02/2019, protocolou impugnação ao auto de infração. Em 12/12/2019, a Companhia foi intimada do acórdão que julgou improcedente a Impugnação

apresentada, mantendo-se o lançamento de ofício da forma como efetuado. Em 10/01/2020, a Companhia interpôs Recurso Voluntário. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário da Companhia pelo CARF.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social é apresentado por ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	%	R\$	Quantidade de ações	%	R\$
CPFL Geração de Energia S.A.	104.646.278	52,12%	104.646	97.829.514	48,72%	97.831
Companhia Brasileira de Alumínio	51.077.514	25,44%	51.078	47.750.273	23,78%	47.750
Pollarix S.A.	45.063.208	22,44%	45.063	42.127.745	20,98%	42.128
CEEE G - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (*)	-	0,00%	-	13.079.468	6,51%	13.078
	<u>200.787.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>200.787</u>	<u>200.787.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>200.787</u>

(*) Em 1º de novembro de 2022 foi celebrado contrato de compra e venda de ações entre os acionistas, na qual a acionista CEEE G - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia vendeu a totalidade suas ações para as acionistas CPFL Geração de Energia S.A., Companhia Brasileira de Alumínio e Pollarix S.A.

15.2 Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O limite de 20% de reserva legal foi atingido em 2017 e não houve constituição de reserva desde então.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

15.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>158.246</u>
Dividendos adicionais propostos	231.574
Pagamento dividendos	(250.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>129.351</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>269.171</u>
Dividendos adicionais propostos	280.828
Pagamento de dividendos	(525.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>120.858</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>145.857</u>

15.4 Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2022, no valor de R\$ 340.549 (R\$ 280.828 em 31 de dezembro de 2021).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos" até a aprovação em Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Conforme Assembleia Geral Ordinária – AGO, datada de 27 de abril de 2022, foi deliberado pela distribuição dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 280.828, dessa forma, o referido montante foi reclassificado para conta dividendos a pagar no passivo a serem pagos conforme disponibilidade de caixa.

16 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	<u>1.239.680</u>	<u>1.041.589</u>
	<u>1.239.680</u>	<u>1.041.589</u>
Deduções		
Imposto sobre vendas	(158.803)	(135.137)
Pesquisa e desenvolvimento	(10.439)	(8.801)
Taxa de fiscalização	(3.007)	(2.905)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	<u>(23.566)</u>	<u>(14.671)</u>
	<u>(195.815)</u>	<u>(161.514)</u>
	<u>1.043.865</u>	<u>880.075</u>
Receita de operações de energia elétrica em MWh	31/12/2022	31/12/2021
Energia comercializada	3.268.695	3.266.989

17 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2022	31/12/2021
Energia elétrica comprada para revenda	(131.830)	(156.955)
(-) Repactuação risco hidrológico REH 2932/21	-	238.233
Encargos de uso da rede elétrica	(76.676)	(67.949)
Repactuacao do risco hidrológico	(22.971)	(20.870)
Depreciação (Nota 8)	(47.922)	(62.698)
Amortização - Direito de extensão de concessão REH2932/21	(13.923)	(1.160)
Amortização - UBP	(755)	(571)
Amortização - Outros intangíveis	(129)	(104)
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado	4.341	5.689
	<u>(289.865)</u>	<u>(66.385)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Energia Comprada para revenda em MWh		
Energia Adquirida	624.960	450.677

(*) Referem-se a compra de energia de curto prazo para cobrir o déficit gerado pelo GSF. O mercado de energia, tem sido impactado pelo GSF, que significa que a soma de todos os contratos de venda de energia de geração hídrica do Brasil tem sido superior a geração hídrica total, desta forma parte dos contratos são atendidos por geração de outras fontes (térmica/eólica/solar etc.), o que leva a volatilidade verificada no período citado.

18 Despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(5.111)	(4.536)
Material	(1.249)	(1.004)
Serviços de terceiros	(11.956)	(10.541)
Seguros	(734)	(581)
Outras despesas	<u>(1.427)</u>	<u>(4.193)</u>
	<u>(20.477)</u>	<u>(20.855)</u>

19 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	17.939	6.220
Atualização depósitos judiciais	6.405	3.202
Outras receitas financeiras	139	1
	<u>24.483</u>	<u>9.423</u>
Despesas financeiras		
Juros de debêntures	(11.315)	(9.091)
Uso do Bem Público (UBP)	(6.239)	(9.605)
Atualização provisões para contingências	(7.616)	(3.612)
Outros	(1.367)	(641)
	<u>(26.537)</u>	<u>(22.949)</u>
	<u>(2.054)</u>	<u>(13.526)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	31/12/2022	31/12/2021	Base de Cálculo	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças Temporárias						
Provisão da contingência fiscal	99.038	33.673	30.909			-
Amortização GSF				223.148	75.870	80.999
Depreciação acelerada acumulada	-	-	-	131.529	44.720	29.435
Total Diferenças Temporárias	-	33.673	30.909	354.677	120.590	110.435
Total bruto	99.038	33.673	30.909	354.677	120.590	110.435
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(33.673)	(30.909)	-	(33.673)	(30.909)
Total	99.038	-	-	354.677	86.917	79.526

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A seguir, reconciliação dos tributos e contribuições sociais no resultado do exercício:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	731.654	780.132
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(248.762)	(265.245)
Efeito dos impostos sobre:		
Doações	(214)	(907)
Provisão ISS	(2.589)	(1.395)
Outras adições	(5.989)	(1.745)
Depreciação fiscal	12.312	11.610
Reversão de provisão	-	132
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	-	53
Repactuação do risco hidrológico	-	80.999
Incentivo fiscal (inedutível)	-	2.033
Outras exclusões	4.410	840
Adicional	-	311
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(240.832)	(173.315)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(240.832)	(173.315)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(7.391)	(89.410)
Alíquota efetiva	-33%	-22%

21 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

21.1 Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia.

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). A Companhia opera em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em

constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia. A Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes e até o presente momento não identificou nenhuma inadimplência.

21.2 Fatores de risco

21.2.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras, debêntures são valorizadas com base na variação do CDI, com encargos e juros calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2022	31/12/2021
Equivalente de caixa (nota 5)	78.652	168.970
Depósitos judiciais (nota 14)	90.743	84.027
Debêntures (nota 11)	-	(130.766)
Uso do Bem Público - UBP (Nota 12)	(45.902)	(44.397)

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro 2022) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2022.

	Exposição R\$	Risco	31/12/2022			
			%	Cenário Provável (I)	Cenário II (+/- 25%)	Cenário III (+/- 50%)
Aplicações financeiras (Nota 5)	78.652	Baixa CDI	12,25	9.635	7.226	4.817
Uso do Bem Público – UBP (Nota 12)	(45.902)	Alta do IGP-M	4,55	(2.089)	(2.611)	(3.133)

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas ao instrumento financeiro (Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D atualizados pela SELIC) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

(iii) *Risco de preço no fornecimento de energia*

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

21.2.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	78.697	168.970
Contas a receber (Nota 6)	17.366	6.102
Contas a receber partes relacionadas (nota 6)	<u>210.317</u>	<u>185.985</u>
	<u>306.380</u>	<u>361.057</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

21.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 anos em diante
Fornecedores (Nota 10)	26.883	26.883	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (Nota 12)	<u>45.902</u>	<u>2.529</u>	<u>5.058</u>	<u>20.232</u>	<u>18.083</u>
	<u>72.785</u>	<u>29.412</u>	<u>5.058</u>	<u>20.232</u>	<u>18.083</u>

21.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total de debêntures (Nota 11)	-	130.766
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(78.697)</u>	<u>(168.970)</u>
Dívida líquida (A)	<u>(78.697)</u>	<u>(38.204)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>742.123</u>	<u>660.378</u>
Total do capital (B)	<u>663.426</u>	<u>622.174</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	<u>-11,86%</u>	<u>-6,14%</u>

22 Instrumentos financeiros por categoria

22.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativos financeiros mensurados a valor justo	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor justo	Hierarquia
Valor justo por meio do resultado:							
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	5	78.652	78.652	Nível 2	168.926	168.926	Nível 2
		<u>78.652</u>	<u>78.652</u>		<u>168.926</u>	<u>168.926</u>	
Custo amortizado:							
Caixa e equivalentes de caixa	5	45	45		44	44	
Contas a receber de partes relacionadas	6	210.317	210.317		185.985	185.985	
Contas a receber	6	17.366	17.366		6.102	6.102	
Outros créditos		<u>10.496</u>	<u>10.496</u>		<u>8.833</u>	<u>8.833</u>	
		<u>238.224</u>	<u>238.224</u>		<u>200.964</u>	<u>200.964</u>	

Nota	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor justo	Hierarquia
Custo amortizado:						
Outros Passivos Financeiros :						
Fornecedores	10	26.883	26.883	27.200	27.200	
Debêntures	11	-	-	130.766	130.766	
Dividendos	15.3	145.857	145.857	269.171	269.171	
Uso do bem público	12	<u>45.902</u>	<u>45.902</u>	<u>44.397</u>	<u>44.397</u>	
		<u>218.642</u>	<u>218.642</u>	<u>471.534</u>	<u>471.534</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

23 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Venda de Energia	<u>1.217.930</u>	<u>1.250.363</u>	<u>1.285.083</u>	<u>1.312.035</u>	<u>9.709.090</u>	<u>14.774.501</u>
Saldos em 31/12/2022	<u>1.217.930</u>	<u>1.250.363</u>	<u>1.285.083</u>	<u>1.312.035</u>	<u>9.709.090</u>	<u>14.774.501</u>
	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	83.861	86.649	89.590	92.356	691.855	1.044.311
Repactuação do risco Hidrológico	<u>24.254</u>	<u>25.608</u>	<u>26.436</u>	<u>27.751</u>	<u>207.864</u>	311.913
Saldos em 31/12/2022	<u>108.115</u>	<u>112.257</u>	<u>116.026</u>	<u>120.107</u>	<u>899.719</u>	<u>1.356.224</u>

* * *